



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPOS DE ARAGUAÍNA**  
**LICENCIATURA EM LETRAS**

**MARIA EDNA ARAUJO DE SOUSA**

**IN(EX)CLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

**ARAGUAÍNA-TO**

**2019**

MARIA EDNA ARAUJO DE SOUSA

**IN(EX)CLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras: Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas apresentado à Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Orientadora: Profa. Esp. Stefânia Steves da Silva Sena

ARAGUAÍNA – TO

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

A663i ARAUJO DE SOUSA, MARIA EDNA .  
IN(EX)CLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS. / MARIA  
EDNA ARAUJO DE SOUSA. – Araguaína, TO, 2019.  
33 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Português, 2019.

Orientadora : Stefânia Steves da Silva Sena

1. Inclusão . 2. Surdos . 3. História . 4. LIBRAS. I. Título

**CDD 469**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MARIA EDNA ARAUJO DE SOUSA

IN(EX)CLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de letras foi avaliado para a obtenção do título de licenciatura em letras e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Stefânia Steves da Silva Sena UFT

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Luiza Helena Oliveira da Silva, UFT

---

Prof.<sup>o</sup> Msc. Bruno Gonçalves Carneiro- UFT

Dedico este trabalho, principalmente, aos meus pais Maria Jacira e José Neto e meu esposo Valdecir por acreditarem em mim, e pela ajuda e confiança. Assim como meus familiares e amigos, que sempre estiveram comigo, me apoiando em todos os momentos. Também a todos os professores que contribuíram para o meu amadurecimento e a minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Esp. Stefânia Steves da Silva Sena pelo carinho, atenção e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por me acompanhar nessa jornada dando-me sabedoria, força e proteção.

A Prof. Esp. Stefânia Steves da Silva Sena pelas orientações, dedicação e paciência durante toda a nossa jornada para conclusão deste trabalho. Serei eternamente grata por seu apoio e por não ter desistido de mim.

A família maravilhosa que tenho, os melhores pais que eu poderia ter, José neto de Sousa e Maria Jacira Araujo da Silva e meus irmãos, José Evandro, José Evaldo, Edvaldo e Maria Edilene por estarem sempre comigo independente qual seja a situação.

Ao meu digníssimo esposo que amo muito, Valdecir Barbosa, acompanhou minha luta diária e meus estresses da faculdade me amando e apoiando incondicionalmente, sem ele talvez eu não estaria aqui hoje.

A todas as pessoas que participaram direta e indiretamente na elaboração deste trabalho, bem como meus colegas de curso e amigos.

A todos os meus professores de curso que me ajudaram na construção dos saberes, não vou citar nomes porque são muitos e são todos maravilhosos e dignos de serem elogiados.

As minhas amigas e parceiras que o curso me trouxe, Thais Almeida e Jakelline Braga, estiveram sempre comigo mesmo não sendo grudadas o tempo todo, nos apoiando umas as outras para vencer as dificuldades diárias do curso.

E por fim dizer que sou grata por tudo que tenho, conquistei e ainda pretendo conquistar na minha vida. Esta foi apenas uma fase de muitas que viram com benção de Deus.

*“É muito natural. Alguns ouvem com mais prazer com os olhos do que com os ouvidos. Eu ouço com os olhos.”*

(Gertrude Stein, surda alemã, 1969)

## **RESUMO**

Este estudo teve como finalidade promover uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo a inclusão dos alunos surdos nas escolas, além de apresentar todos os recursos necessários da inclusão e do aprendizado digno para todos os surdos, principalmente a LIBRAS. Aborda temas como o surdo e a surdez, a historicidade de como começou o desenvolvimento da aceitação dos surdos na sociedade até os dias atuais e todas as leis de inclusão vigentes para a contribuição do saber de todos os indivíduos surdos. Será constatado que o grande desafio da inclusão escolar não são os alunos Surdos e nem os que apresentam qualquer deficiência, mas sim um sistema hegemônico de relações, arraigadas historicamente e ainda resistentes às mudanças. Traz, por fim, um relato de experiência da autora sobre a história de inclusão de seus dois irmãos surdos na escola e como consequência, na sociedade.

**Palavras-chaves:** inclusão; surdos; história; LIBRAS.

## **ABSTRACT**

This study aimed to promote a reflection on how the inclusion of deaf students in schools has been developing, as well as presenting all the necessary resources of inclusion and worthy learning for all deaf people, especially LIBRAS. It addresses topics such as deafness and deafness, the historicity of how the development of deaf acceptance in society began to date, and all current inclusion laws for the contribution of knowledge to all deaf individuals. It will be noted that the great challenge of school inclusion is not Deaf students or those with any disabilities, but a hegemonic system of relationships, historically rooted and still resistant to change. Finally, it brings an account of the author's experience about the history of inclusion of her two deaf brothers in school and, as a consequence, in society.

**Keywords:** inclusion; deaf; story; LIBRAS.

## **LISTA DE SIGLAS**

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

AEE - Atendimento Educacional Especializado

TILS - Tradutor Intérprete de Libras

SICADI - Secretária de Alfabetização Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEESP- Secretária de Educação Especial

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>3. O SURDO E A SURDEZ .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 O surdo .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2 A surdez .....</b>	<b>16</b>
<b>4. A HISTÓRIA DA INCLUSÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>4.1 Perspectivas históricas da inclusão .....</b>	<b>18</b>
<b>5. A EDUCAÇÃO DE SURDOS .....</b>	<b>24</b>
<b>5.1 Educação inclusiva.....</b>	<b>24</b>
<b>5.2 Atendimento Educacional Especializado.....</b>	<b>25</b>
<b>5.3 Educação bilíngue para os surdos .....</b>	<b>26</b>
<b>5.4 Legislação .....</b>	<b>26</b>
<b>5.5 Tradutor intérprete de libras .....</b>	<b>27</b>
<b>6. ESTUDO DE INCLUSÕES DE SURDOS NA SALA DE AULA.....</b>	<b>29</b>
<b>6.1. Os caminhos para formação de surdos na educação básica.....</b>	<b>29</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>33</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta monografia é uma pesquisa que tem como tema a in(ex)clusão dos surdos na escola pública, cujo o tema foi escolhido pela conhecida dificuldade da inclusão escolar dos surdos e para tentar entender se realmente as práticas que são empreendidas pela escola são suficientes para garantir que efetivamente está se dê sob os parâmetros almejados.

Tal pesquisa foca na aplicabilidade da inclusão dos surdos na escola pública levando em consideração que a inclusão dos mesmos já existe enquanto projeto orientação, no entanto é falha em sua praticidade, o que nos leva a questionar as dificuldades de sua implementação. Em 2017 diante do tema da inclusão dos surdos no proposto pela avaliação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o portal globo.com (G1) traz o seguinte depoimento de uma mãe angustiada: "Não tem uma inclusão real. É aceito na escola, mas não é totalmente incluído. Não tem preparo dos professores. Ela vai, frequenta, mas não é totalmente incluída porque não se importam com essa parte pedagógica".<sup>1</sup>

Está pesquisa tem como objetivo principal realizar um estudo teórico-bibliográfico sobre as dificuldades de inclusão do ensino-aprendizagem dos surdos na educação básica, partindo da hipótese de que a inclusão existente nas escolas é falha, o que motiva ainda mais a busca para entender o porquê das distâncias entre o que se preconiza como projeto social e o que se efetiva na prática, pois, ao invés de incluir, o aluno acaba sendo excluído e não evolui no conhecimento.

Além da motivação acadêmica para elaboração deste estudo, houve também uma motivação pessoal, pois possuo dois irmãos surdos e que não tiveram uma vida estudantil muito boa. Meu irmão Jose Evaldo só concluiu o ensino fundamental e desistiu por não ter intérprete de LIBRAS no contexto escolar; já minha irmã Maria Edilene foi bem persistente, todos os dias chorava por não entender a aula, não interagia com os colegas, muito menos com os professores. Mesmo com tantas dificuldades, ela conseguiu concluir o ensino básico. Ficava claro que nem sempre o que se prioriza é a efetiva formação do aluno, mas a burocracia que visa a atender aos índices de aprovação previstos pelas instâncias externas à escola. Tendo em vista essas duas histórias de insucesso presentes na minha própria família, quis conhecer novas histórias para tentar entender o que de fato acontece no mundo dos surdos e tentar buscar através dessas vivências a resolução para a inclusão escolar.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/nao-tem-inclusao-real-diz-mae-de-aluna-com-deficiencia-sobre-escolas-publicas.ghtml>. Acesso em 12 jun. 2018.

A pesquisa se baseia no método de estudo bibliográfico, que foi dividido em quatro capítulos, o primeiro capítulo sobre as definições de surdo, surdez, e suas respectivas relações. No segundo capítulo apresentamos as perspectivas históricas da inclusão, como a mesma teve início nas escolas e as dificuldades de sua implantação. No terceiro capítulo discutimos a educação dos surdos desde a inserção do aluno na sala de aula e seu processo de formação. No quarto e último capítulo apresentamos como é efetivada a inclusão do surdo na sala de aula, levando em consideração as teorias sobre o assunto e também a minha experiência dentro da família com um casal de irmãos surdos.

## 2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho foram a pesquisa bibliográfica, que se diferencia de uma simples revisão teórica, entende-se que a pesquisa bibliográfica vem com o objetivo de construir um diálogo mais consistente. Tozoni-Reis (2009) diz que: “A pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato de que o campo onde será feita a coleta dos dados é a própria bibliografia sobre o tema ou o objeto que se pretende investigar.”

Esta pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir o tema com base em referências teóricas publicada em livros, sites, revistas entre outros.

A pesquisa bibliográfica não é apenas uma mera repetição sobre o que já foi dito de determinado assunto, mas sim, proporciona a análise de um tema sob novo enfoque ou abordagem para assim exibir conclusões inovadoras sobre o assunto explanado.

No trabalho também é apresentado um relato de experiência pessoal, narrado em primeira pessoa, onde a autora do trabalho conta como foi o processo de educação escolar dos seus dois irmãos surdos em uma escola pública de uma cidade do interior do Tocantins.

### 3. O SURDO E A SURDEZ

Neste capítulo discutimos as diferentes terminologias entre os termos surdos e surdez, utilizando como principal autor para discussão sobre o tema a partir de Audrei Gesser (2009).

#### 3.1 O surdo

Primeiramente apresentamos o diferencial de como devemos chamá-los, surdos, pois a maioria da nossa sociedade ouvinte desconhece a carga semântica que os termos como surdo-mudo, mudo e deficiente auditivo trazem. A pessoa surda sente-se ofendida ao ser chamada de deficiente auditivo, mesmo sendo essa uma das formas mais usadas pela sociedade devido aos médicos utilizarem e por acreditarem que é uma forma menos agressiva de tratá-los, no entanto o que proporcionam é uma total desmotivação no surdo por acreditar que isso é uma forma de invalidá-los perante a sociedade.

Cabe ressaltar que não é apenas a terminologia de falar com os surdos que será excluído os preconceitos sociais, pois os mesmos estão presentes até em discursos que acreditam estar assumindo a diferença e a diversidade.

As pessoas que compõem a nossa sociedade **precisam acordar para a nossa realidade** de diversidades, onde todos possuem direitos a comunicação a uma apropriação devida de sua língua e a importância não só no papel, mais na sua implementação.

Parte dessa implementação é a presença do intérprete de LIBRAS que não é a voz do surdo, a sua função é apenas facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes, derrubando assim as barreiras comunicativas pela qual o surdo passa, libertando-o do isolamento. E assim como diz Gesser (2008, p. 47) “[...] retomando a afirmação compartilhada pelo senso comum de que o intérprete de LIBRAS é a ‘voz’ do surdo, pode-se encobrir uma crença de que o surdo não tem língua, e isto, sabemos, não é verdade.” Os surdos tem língua e necessitam dela para seu crescimento individual.

Os surdos não necessitam ser oralizados para se integrarem na sociedade ouvinte, pois isso é sinônimo de negação a língua dos surdos, uma imposição pela qual os mesmos já sofreram bastante ao longo dos anos, até conseguirem com que a língua de sinais fosse aceita pela sociedade ouvinte como sua língua natural.

A sociedade desconhece que os surdos têm sua própria cultura, seu jeito de ver, sentir e se relacionar com o mundo, por meio de experiências visuais. No entanto não podemos dizer que eles se isolariam em sua cultura, não compartilhando outras culturas como a dos ouvintes.

Ressaltando ainda que o fato deles se relacionarem com os ouvintes não os tornam menos surdos, pois assim como diz Gesser (2008), gostemos ou não, a cultura é flexível; ela é produtiva, aberta plural, dinâmica e está em constante transformação.

### 3.2 A surdez

*“O que importa a surdez da orelha, quando a mente ouve! A verdadeira surdez, a incurável surdez, é a da mente”*

(Ferdinand Berthier, surdo francês, 1845)

Existem duas grandes maneiras de falarmos da surdez: patologicamente ou culturalmente, pelos meios médicos uma doença, pelo meio cultural não é considerada uma doença ou deficiência, mas uma diferença linguística. No entanto, a sociedade em sua maioria, os vê na perspectiva patológica, a surdez como doença, uma deficiência física que necessita de recursos ou intervenções cirúrgicas para chegar aos padrões de normalidade. No entanto assim como diz Gesser (2008, p63), “É importante frisar, todavia, que os surdos e ouvintes que usam e valorizam a língua de sinais assumem uma postura positiva diante da surdez”.

A surdez é vista na sociedade de forma negativa, e os médicos são os principais responsáveis pela disseminação do discurso da surdez como doença, tendo assim um maior prestígio e força do que os discursos da diversidade e do reconhecimento linguístico e cultural das nossas minorias surdas. Abre assim estigmas sobre o que não é considerado normal ter que ser normalizado, abrindo um leque de espaços para a construção de preconceitos sociais.

Para a medicina, a surdez é caracterizada de acordo com o grau de perda auditiva, que classifica como, audição normal, perda auditiva, que vai da leve, moderada, severa e profunda.

As classificações acima são do ponto da medicina, pois, no ponto de vista educacional, a surdez é vista como a dificuldade de uma criança surda em se comunicar por via auditivas, levando a necessidade em ser proporcionado um meio para que ocorra a comunicação e inclusão da criança nesse meio (LIBRAS, 2018).

Ressaltamos, ainda, que a surdez é considerada um problema apenas para os ouvintes tanto historicamente quanto socialmente, pois mesmo através de muitos estudos não foram identificadas de forma eficaz o motivo pelo qual ocorre a surdez em determinados indivíduos. No entanto essa preocupação é apenas dos ouvintes, por não aceitarem a cultura e a língua de sinais da comunidade surda.

E de acordo com o Decreto 5.626, Art. 2º, a surdez é:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

No ponto de vista cultural a surdez não é vista somente como uma condição fisiológica, ele constrói a identidade surda de uma comunidade surda. Assim como existem outras comunidades na sociedade, os surdos compõem uma determinada comunidade, que tem identidade própria e sua língua (LIBRAS, 2018).

Por que não estudar e aprimorar a língua de sinais para todos assim como ocorre com o inglês e o espanhol? A surdez não é uma doença ou limitação. Se todos trabalharem juntos para melhoria e desenvolvimento da comunicação entre ouvintes e surdos, integrando e incluindo todas as culturas e línguas, fazendo com que a surdez deixe de ser vista negativamente por conta dos discursos dominantes e do prestígio da área clínica.

## 4. A HISTÓRIA DA INCLUSÃO

Neste capítulo, apresentamos um breve panorama histórico da inclusão de surdos na educação básica, abordando fatos que fazem parte das dificuldades encontradas no cotidiano escolar dos alunos surdos.

### 4.1 Perspectivas históricas da inclusão

*Os principais argumentos que encontramos na história da educação de surdos, na maioria das vezes, foram narrados por ouvintes e não por surdos. Qualquer que seja a época, a educação de surdos é contada, raríssimas vezes, pelos próprios protagonistas, os surdos. Estes se encontram, pois, em papéis de coadjuvantes de sua própria história.*

(Vanessa de Oliveira Carvalho & Carolina Silva Resende da Nobrega, p. 02)

A escolarização de alunos surdos tem sido objeto de estudo ao longo dos anos. A primeira escola destinada ao que se entendida como “correção da fala” foi criada na Inglaterra em 1767. Sob essa orientação, as crianças surdas deveriam aprender a escrita, o significado, a pronúncia e a leitura orofacial (SILVA, 2006). Esse modelo de escolarização, contudo, não tratava de modo particular as crianças surdas, envolvendo na mesma metodologia todos os que apresentavam alguma dificuldade da fala.

A primeira escola pública específica para surdos no mundo foi fundada por Charles-Michel de l'Épée, em 1775, que reconhecia a língua de sinais como a língua natural dos surdos e o valor de seu uso na educação. O abade criticou o uso do treinamento em fala que, além do tempo enorme dispensado, teria pouca utilidade para o surdo. Conforme Silva, “Pelo fato de L'Épée ter alunos surdos de diferentes países, os quais depois retornavam à sua terra natal, começaram a surgir, na Europa, escolas especiais para surdos com ênfase na linguagem gestual” (SILVA, 2006, p. 46). Contudo, o surdo até então era tratado como um doente e o principal objetivo do tratamento era alcançar o desenvolvimento da fala. Isso começa a mudar com o médico-cirurgião Jean-Marc Itard. Para ele, a linguagem de sinais atrapalhava o desenvolvimento da capacidade da fala natural e fluente. Sem o acesso aos sinais, o surdo se veria na obrigação de desenvolver a fala.

Ao longo do século XIX, continuaram as divergências entre oralistas e gestualistas quanto à melhor metodologia do trabalho com os surdos. Nos Estados Unidos (EUA), os oralistas tiveram como defensor o Graham Bell, enquanto entre os gestualistas destacava-se

Clerc. Na concepção de Clerc, o surdo era visto como uma pessoa atípica. Trata a surdez como uma diferença e não uma doença, compreendendo-a como uma limitação social de uma classe minoritária que espera pelo reconhecimento e aceitação de sua língua e cultura. Já para Graham Bell, a surdez era uma doença e, mesmo não tendo tratamento para a cura completa, poderia ser aliviada com a utilização da fala e a inclusão dos surdos na comunidade ouvinte, deixando de lado sua língua própria, a dos gestos, com a finalidade de melhor incluí-lo na sociedade. Nesse sentido, o professor surdo seria um problema, a dificultar a inclusão social.

Ainda conforme Silva (2006), embora tenha sido fundada a escola, a educação dos surdos, baseada em métodos exclusivamente orais, foi ganhando cada vez mais adeptos. Foram sendo realizados congressos e reuniões em vários países europeus e, em 1880, aconteceu o segundo congresso para professores de surdos. A partir desse congresso, o oralismo foi o referencial assumido para as práticas de ensino dos surdos, uma educação voltada para a vocalização:

Foram desenvolvidas novas técnicas para que a escola pudesse trabalhar com os aspectos da percepção auditiva, da fala e da leitura oro-facial. Passou-se a dar ênfase ao uso de próteses auditivas, acreditando-se que, com seu uso, as crianças com surdez grave e profunda poderiam ser educadas ao ouvir e, conseqüentemente, a falar. (SILVA, 2006, p. 49)

De acordo com Silva (2006), essa orientação perdura até o século XX, sem grandes modificações. Para estudiosos, como Vernon, sujeitos com surdez congênita jamais atingiriam o desempenho considerado adequado para sua inteligibilidade. Como consequência da orientação então assumida, encontravam-se os altos índices de analfabetismo entre os surdos (30%).

Moura (1996) enfatiza que o sistema educacional baseado numa abordagem oralista força as pessoas surdas a adaptarem-se a uma imagem do que as pessoas ouvintes pensam que elas deveriam ser. Nesta perspectiva todas as tentativas de oralização do surdo caminharam numa busca incessante de uma transformação do surdo num ouvinte que ele jamais poderia vir a ser. (SILVA, 2006, p. 50)

Na década de 60 voltou-se a debater o uso dos sinais novamente, devido a insatisfação com o método oral, somada com as primeiras pesquisas sobre a Língua Americana de Sinais, dando origem a novas propostas pedagógicas. Nos anos 70 foi predominada a filosofia da comunicação total, defendendo o direito da criança surda fazer uso da melhor forma de comunicação que eles se adequassem.

A partir da década de 80 foi que a criança surda passou a ter o direito a uma educação bilíngue, pois assim como diz Silva (2006, p.51) “A criança surda tem a possibilidade, desta forma, de adquirir a Língua de Sinais como primeira língua, não como uma língua ensinada, mas aprendidos dentro de contextos significativos para ela”. Mas, mesmo tendo o direito a

essa educação bilíngue, os surdos continuaram sendo mantidos na escola aprendendo apenas a Língua Portuguesa. E aqui nesta mesma década inicia-se a maior derrota sofrida pela comunidade surda: **O Congresso de Milão.**

Sete dias de discussões, apresentações e votações, entre 6 e 11 de setembro de 1880, em Milão, Itália, coroaram os pressupostos oralistas. As resoluções foram quase unânimes, contando com poucas, e isoladas, oposições: às escolas de surdos cabia o ensino da fala como meio de inserção do surdo em um mundo ouvinte. Os gestos? Que fossem banidos. As práticas bimodais que utilizavam sinais em simultaneidade com a fala também foram rejeitadas. O oralismo puro, como acordado por grande parte dos 164 membros do Congresso (em sua quase totalidade ouvintes), foi apontado como a melhor abordagem para a educação de surdos. (EIJ, 2016, p.01)

O maior massacre já recebido pela comunidade surda, suas vidas sendo decidida por uma maioria de pessoas ouvintes que se achavam capazes de decidir o que é melhor para os surdos, ditando regras e formas de como poderiam ou não estabelecer seu aprendizado em meio ao ambiente escolar.

Falar da inclusão escolar é abordar um tema no qual é deliberadamente debatido por muitos em meio as deficiências de sua implantação. Ao longo dos anos a inclusão foi ganhando espaço e atingindo o mundo assim como a língua brasileira de sinais, pois dentre as propostas de inclusão na escola está o ensino de LIBRAS, apoio do intérprete, prova em LIBRAS e avaliação do aluno surdo em LIBRAS.

LIBRAS é uma das siglas para referir a Língua Brasileira de Sinais. Está sigla é difundida pela federação nacional de educação e integração de surdos- FENEIS. Língua de sinais é como sinal com a combinação de movimentos das mãos com um determinado formato em uma determinada parte do corpo (uma parte ou um espaço em frente ao corpo).

LIBRAS não satisfaz apenas as necessidades cognitivas, expressivas ou comunicativas de seus usuários, é usada na leitura, está que deve ser umas das principais preocupações dos profissionais da educação no ensino do português como segunda língua para os surdos. LIBRAS é a língua materna do aluno, é parte cultural, não apenas um meio de comunicação. No entanto a libras é utilizada apenas pelos interpretes como forma de comunicação entre o professor e o aluno surdo, pois assim como diz Silva:

Hoje, no Brasil, a Comunicação Total ainda é uma concepção predominante na educação de surdos. Embora o acesso aos sinais tenha favorecido de maneira efetiva o contato entre surdos e ouvintes, tornando menos sofrida a conversação entre eles, a Comunicação Total não resolveu a questão da língua, já que os alunos surdos continuaram a ser expostos ao português ainda que usado com sinais. (SILVA, 2006, p.51)

A inclusão escolar parte do princípio de que toda pessoa tem direito de acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. Mas será que esse acesso sendo tratado não só como

forma de aprendizado e sim de comunicação é a melhor forma de tratar da inclusão? Com isso o aluno surdo acaba sendo incluído ou excluído?

O discurso atual é de inclusão, onde os alunos são colocados em escolas para estudar a língua portuguesa juntamente com os demais estudantes ouvintes, para que haja uma conversação entre os mesmos, mas como pode haver uma conversação se o aluno surdo é obrigado a acompanhar o aprendizado da L.P. apenas com o auxílio de um interprete (quando possui um), sendo apenas figurativizado no meio escolar, não fazendo parte da conversação entre os colegas, estando em grupo apenas para dizer que está sendo incluído, quando na verdade é excluído.

O discurso de inclusão pode ser um oralismo travestido se neste discurso não estiver incluído uma educação também em LIBRAS, materiais didáticos específicos e profissionais especializados em educação de crianças surdas. (FELIPE, 1997, p. 45)

As propostas inclusivas não delimitam um espaço apenas para o ensino da Língua de Sinais no âmbito educacional. Estão baseados em recursos semióticos para efetivar a comunicação, sem se preocupar com a falta de língua partilhada efetivamente (SILVA, 2006).

Muitas das vezes as escolas possuem profissionais capacitados e um bom conhecimento cultural da surdez, o que de fato é o mais cobrado nas escolas para que haja a real inclusão, mais ao contrário do que muitos pensam:

[...] mesmo que os professores sejam bem preparados, mesmo que conheçam a cultura surda e a língua de sinais, ainda assim não é suficiente, pois não existe uma mesma língua compartilhada, circulando na sala de aula e na escola, condição indispensável para que os surdos tornem-se letrados. (BOTELHO, 2005, p. 16)

E não podemos falar de letramento sem tratar dos direitos linguísticos que toda pessoa possui, sendo essa a oportunidade de aprimoramento de sua língua e conhecimento de novas línguas.

Toda pessoa possui direito linguístico de aprender uma ou várias línguas, assim como o ouvinte tem o direito de aprender a língua portuguesa e línguas estrangeiras sendo a L.P. sua língua materna, o surdo também tem o direito de aprender sua língua materna LIBRAS para assim aprender a L.P.

A escola ou o ensino especiais para uma criança surda não é privilégio, é direito linguístico, é poder dar condições para esta criança adquirir a língua de sinais brasileira, aprender a língua portuguesa e receber os conhecimentos de modo criativo e crítico, possibilitando que esta criança se torne, não uma repetidora, mas uma pessoa bilíngue. (FELIPE, 1997, p. 41-46)

Sendo assim a oportunidade de haver uma comunicação interacional entre os ouvintes e os surdos. O uso da LIBRAS no ensino é a melhor maneira pela qual o aluno surdo pode

expressar-se, tanto no momento ensino-aprendizagem como no momento de conversação com os colegas.

Não basta apenas interagir o aluno surdo na sala de aula, é preciso que a escola e o professor garantam a acessibilidade dos conteúdos curriculares a eles, de modo que possam contribuir na construção da cidadania, dos conhecimentos cognitivos e sociais desses alunos.

A inclusão escolar de surdos está sendo cada vez maior ao longo dos anos, mas o que se percebe é que nas series iniciais são muitas matriculas e inserção de alunos surdos nas escolas e com o passar dos anos e de series esses números só tendem a cair. A partir de então começam as perguntas sobre o que está faltando para haver tantas desistências? Qual é a qualidade de educação que recebem? Eles apenas ocupam seus espaços em salas de aulas, ou de fato aprendem e participam do cotidiano escolar?

As perguntas são muitas e as respostas também, um ensino falho com propostas curriculares excludentes, com o intuito de ganhar um número maior de aprovação, fazendo com que os surdos sejam excluídos de um aprendizado descente que os levem a uma condição de alcançar qualquer carreira profissional e ser reconhecido como ser humano na sociedade, capaz de construir um senso crítico e se impor perante o meio social.

Muitas pessoas falam de inclusão e como a mesma tem que acontecer, no entanto para se falar de incluir tem que ser pensando nas adequações necessárias, formas de ensinos, qualificação de profissionais e por que não pensar em uma adequação de ensino onde a língua de sinais seja incluída para todos como forma de trabalhar a interação do aluno com os colegas e com o ensino das disciplinas em si? Por que não admitir que estar dando errado e que precisa ser mudado muita coisa para que essa inclusão seja efetivada com êxito? Está decretado em lei o direito do surdo de aprender libras de ser bilíngue. Nesse sentido, o Decreto nº 5.626.

regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação e a certificação do professor, instrutor, tradutor e intérprete; o ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular. (BRASIL, 2002).

No entanto o que realmente acontece é o ensino da língua portuguesa como primeira e única língua, pois os surdos são apenas auxiliados por um intérprete de LIBRAS para as aulas (quando tem intérpretes) acumulando dificuldades em seus aprendizados, sendo excluídos de tudo e qualquer atividade que acontece no ambiente escolar.

Para todos é muito mais fácil ficar na comodidade, pois para mudar precisa de muitas reformas e articulações sobre cada aluno e diversificar as formas de ensino-aprendizagem é muito trabalho por pessoas minoritárias, o cenário mostra que os desafios são complexos.

A motivação – e o desafio – reside, então, em estruturar metodologias, recursos e materiais que considerem ritmos, formas e estímulos diferentes para aprender. Essa perspectiva nos possibilita pensar em uma educação democrática e participativa para todas e todos em contrapartida às propostas hegemônicas de ensino e avaliação. (MOREIRA, MORAIS E QUEEN, 2017, p.05)

Sendo assim uma forma de desenvolvimento igualitário para todos, abrindo um cenário participativo e evolutivo de surdos e ouvintes não só no ambiente escolar, mas no contexto social como um todo, qualificando profissionais e possibilitando uma integração efetiva dos surdos dentro de uma sociedade na qual passa por mudanças constantes para a aceitação da cultura surda.

## 5. A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Este capítulo traz a abordagem sobre leis e decretos relevantes a educação inclusiva dos surdos e como a mesma pode ser implementada na sala de aula para que todos tenham um total aproveitamento de conhecimento.

### 5.1 Educação inclusiva

Quando falamos em educação, a primeira coisa que nos vem à cabeça é a necessidade por conhecimento, reconhecimento, igualdade social, bons empregos e uma vida financeira estável. Pensando nisso tudo, o que está sendo oferecido para os surdos ao serem inseridos dentro de uma escola, será que estão sendo adquiridos os conhecimentos necessários para todo esse desenvolvimento pessoal e profissional ou será que só os ouvintes por ser uma classe majoritária possuem esse direito e os surdos estão ali apenas para darem a impressão de uma sociedade igualitária e acolhedora para todos?

Às vezes eu me pergunto como seria a minha vida se eu fosse uma dessas pessoas que faz parte da minoria surda, que tivesse a sede e necessidade por conhecimento mais ainda assim não adquiri-lo mesmo estando no ambiente escolar, será que isso só passa pela minha cabeça ou você também já pensou em como seria sua vida se você fosse o coleguinha excluído do fundo da sala que ninguém conversa (as vezes até por falta de conhecimento para comunicação em LIBRAS).

A cada palavra escrita sobre educação abre constantes perguntas de qual trabalho fazer e como fazer para a transmissão correta do conhecimento para todos.

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem (DAMÁZIO, 2007, p. 13).

E nesse contexto o surdo precisa ter acesso à educação inclusiva de qualidade, utilizando sua língua materna que é a LIBRAS, assim como todos os ouvintes adquirem esse conhecimento adequado a sua língua. Todas as unidades de ensino precisam e devem adotar estratégias de educação bilíngue para os surdos.

Ainda é um desafio muito grande tanto para a escola quanto para os professores a educação de surdos, que deve iniciar ainda na pré-escola, para que assim os surdos possam desenvolver maiores habilidades em adquirir conhecimento, pois em sua maioria os surdos são filhos de pais ouvintes que desconhecem a Língua de Sinais. Se essa criança surda não está tendo acesso a sua língua em seu convívio de forma natural, uma maneira possível para este acesso é a escola, esta deve propiciar de forma igualitária as oportunidades educacionais e aquisição linguística.

No contexto das escolas com alunos surdos, a língua de sinais (Libras) deve ser a língua da educação dos surdos, e esse desejo tem sido uma luta histórica empreendida pela comunidade surda a fim de garantir um ensino bilíngue (Libras e português) nas escolas brasileiras. Nesse sentido, o conhecimento da língua de sinais pelo professor é requisito primordial para a efetivação de práticas pedagógicas que considerem a diferença linguística e cultural dos surdos. (ESPONCHIADO E TOSO, 2014, p. 66-67).

E essa luta por uma educação igualitária para todos é algo que não pode ser deixado de lado, cada dia temos que lutar e conquistar maiores espaços para que cada aluno surdo seja atendido com um ensino bilíngue, utilizando a LIBRAS como sua primeira forma de aprendizado, para então aderir a língua portuguesa como segunda língua.

## **5.2 Atendimento Educacional Especializado**

O Atendimento Educacional Especializado- AEE é um planejamento que envolve os professores de classe comum e o professor de língua portuguesa para pessoas com surdez. Onde todos os envolvidos procuram estabelecer uma abordagem clara e eficiente de ensino, para que o aluno surdo se sinta integrado e desenvolva suas capacidades de aprendizagem, evoluindo progressivamente seu aprendizado e convívio social a cada dia.

Além disso, o AEE vai complementar e suplementar o ensino de LIBRAS, em LIBRAS e de Português como segunda língua dos surdos.

Porém para o Relatório do Grupo de Trabalho do MEC-SECADI, 2014, prevê que a educação de surdos que antes era vinculada a Secretaria de Educação Especial (SEESP) que tem como foco o atendimento educacional especializado ao alunado com deficiências e passem a fazer parte da Secretaria de Alfabetização Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). De acordo com o documento continuam no atendimento especializado somente

surdoscegos, surdos autistas, surdos com deficiência visual, deficiência intelectual, com síndromes diversas ou com outras singularidades.

### **5.3 Educação bilíngue para os surdos**

“A definição de bilíngue é denominada para identificar uma pessoa que domine duas línguas, tanto na fala quanto na escrita e leitura.” (BARBOSA, 2011, p.37). A proposta pedagógica bilíngue é uma das primeiras coisas a serem desenvolvidas com os alunos surdos, para que assim eles possuam acesso primeiro a LIBRAS como sua primeira língua e segundo a língua portuguesa, para a modalidade escrita. Dando assim a igualdade para absorção do conhecimento de forma a adquirir o conhecimento necessário para uma vida profissional produtiva e cheia de realizações.

A proposta bilíngue do decreto 5.626 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e do Relatório MEC-SECADI, 2014, diz que, toda pessoa surda passa a ter o direito de ser instruído em língua de sinais e depois em língua portuguesa.

Esta é considerada a proposta mais adequada para o desenvolvimento do surdo, pois a mesma se adequa as necessidades e direitos dos alunos com surdez, fazendo com que eles sejam integrados na sociedade.

### **5.4 Legislação**

A lei que deu acessibilidade e eliminou barreiras de comunicação nos setores públicos e privados, foi criada em 2000, na qual garantia as pessoas surdas o direito a um intérprete diante de provas e avaliações escritas. Lei de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 em seu art. 1º, estabelece:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000, p. 01).

No entanto a LIBRAS só foi reconhecida como meio de comunicação apenas em 2002, dois anos após a criação da lei de acessibilidade, reconhecendo assim o sujeito surdo como integrante de uma minoria linguística, tornando a LIBRAS a língua oficial dos surdos, promulgada em 24 de abril de 2002, nº 10.436, reconhecendo á como meio legal de comunicação entre surdos e ouvintes. Mas só em 2005, após três anos foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. A partir de então foi estipulado um prazo para seu cumprimento na prática, preparando profissionais da área como pedagogos e fonoaudiólogos licenciados, além de professores e intérpretes de LIBRAS.

Ainda sobre este Decreto nº 5.626, na área da educação foi decretada a inclusão da LIBRAS como disciplina obrigatória em todos os cursos de formação de professores.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

O primeiro curso de graduação em LETRAS LIBRAS no Brasil nas modalidades presencial e a distância foi na universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2006, trazendo o objetivo de formar profissionais com proficiência em letras e libras. Contou com 500 vagas e a parceria de nove instituições de ensino superior pública, (MEC,2006).

## **5.5 Tradutor intérprete de libras**

O tradutor interprete de LIBRAS (TILS) é o profissional responsável por intermediar a comunicação entre os surdos e ouvintes, fazendo a tradução da LIBRAS para o português e a interpretação do português para a LIBRAS, sendo o mesmo confirmado na lei nº 12.319-10 criada em 1º de setembro de 2010, que “(..) regulamenta o exercício da profissão de tradutor intérprete da língua brasileira de sinais- LIBRAS”, (BRASIL, 2010).

Esta lei foi e é de uma grande ajuda quando falamos de inclusão nas escolas, pois ela garante, através do intérprete, um apoio para a integração e socialização do surdo no âmbito escolar.

Os TILS atualmente possuem uma ampla linha para sua capacitação, bem como uma formação acadêmica em letras-libras ou vice-versa. Todos os cursos de licenciaturas possuem em sua grade curricular a disciplina de LIBRAS, além disso existem cursos profissionalizantes

que são ofertados desde o nível básico ao avançado, os quais para algumas instituições já são válidos para o exercício da função de TILS.

No entanto não é só aprender a LIBRAS para ser TILS, o profissional deve saber dos deveres éticos que os acompanha. (QUADROS, 2004, p. 28) identifica os seguintes pontos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

Esses pontos mostram a diferença da atuação do interprete em relação ao professor, pois o TILS está ali apenas para intermediar a comunicação professora aluno e vice-versa. O que infelizmente ocorre muitas vezes é essa inversão de papéis; como o autor enfoca:

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. (QUADRO, 2004, p.60).

Estes são fatos cotidianamente corriqueiros em muitas escolas públicas. Pelo fato de que o maior contato do aluno surdo é com o intérprete, acaba que confunde a ordem das coisas e coloca como professora o profissional que está ali apenas para auxilia-lo, e não só o aluno faz esse tipo de conclusão, as vezes até os próprios professores acaba responsabilizando o interprete pela qualificação da educação dos alunos surdos.

A atuação do tradutor/intérprete escolar envolve também a mediação da comunicação nas diversas atividades que acontecem na escola ou relacionadas a ela, visando atender às necessidades tanto de professores e alunos quanto da comunidade escolar e promovendo a inclusão social. (DAMÁZIO, 2007, p. 52).

O papel do TILS é apenas melhorar a comunicação professor e aluno, auxiliando os demais colegas ouvintes, caso tenham interesse, em uma melhor comunicação de todos.

## **6. ESTUDO DE INCLUSÕES DE SURDOS NA SALA DE AULA**

Neste capítulo será abordada a minha experiência quanto ouvinte e irmã de dois irmãos surdos, composta de alguns teóricos que debatem sobre o tema.

### **6.1. Os caminhos para formação de surdos na educação básica**

Não tem como ser abordado a inclusão de surdos na sala de aula sem falar da minha digníssima experiência pela qual fui submetida desde pequena, pelo fato de possuir um casal de irmãos surdos, somos cinco irmãos, o primeiro e mais velho ouvinte, o segundo surdo, terceiro ouvinte, quarta surda e a quinta ouvinte, filhos de pais ouvintes, crescemos em um município no interior do Tocantins conhecido como Santa Terezinha, com menos de três mil habitantes, contando com apenas uma escola que oferta educação básica para população.

Todos os momentos que serão apresentados abaixo são na minha perspectiva (autora da pesquisa) onde será relatada minha experiência como ouvinte irmã de duas pessoas surdas, por este motivo o assunto é bem delicado e ao mesmo tempo me leva a refletir sobre tudo que os surdos passam para estar em sala de aula, em busca de algo para preencher suas vidas, anseios, curiosidades e suprir o medo por um futuro incerto.

Essa conhecida necessidade da busca por algo maior, faz com que a aceitação da dor e menosprezo das pessoas seja tratado apenas como um obstáculo pelo qual tenham que passar para serem aceitos em meio a nossa sociedade preconceituosa.

Ao levar em consideração a necessidade de integração que o surdo tem, existe uma preocupação em aprender a língua portuguesa no intuito de se sentirem “iguais”, deixando de lado o aprofundamento pela cultura surda.

Minha irmã sempre buscou essa aceitação, estudou até a conclusão do ensino médio e não consegue ter uma simples conversa pelo WhatsApp utilizando a escrita, tudo é feita através da utilização de figurinhas para a contextualização de um determinado assunto. Como destaca Campello em seu trabalho:

“É necessário refletir sobre (...) em relação à construção de uma pedagogia visual, campo desconhecido pela maioria, levando em consideração a realidade do ensino, principalmente quanto à aquisição da linguagem e dos recursos didáticos do ensino às pessoas surdas no âmbito escolar.” (CAMPELLO, 2007, p:128)

Essa reflexão desconstrói o paradigma de “deficiente auditivo” para o “surdo” estando mergulhado culturalmente num mundo visual. Desconstruindo a necessidade do ouvir para poder aprender e absorver todas as coisas.

Minha irmã foi inserida ainda criança no ambiente escolar, mas pelo fato de ser surda, sempre foi excluída de tudo e qualquer aprendizado digno para uma pessoa que visa evolução de conhecimento. Pois a metodologia utilizada pelos professores em sala de aula não contempla uma inclusão linguística necessária para o ensino-aprendizado do surdo. Assim como diz Felipe:

“(...) o ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes.” (FELIPE,1997, p.04)

O que leva a mais uma volta ao passado notório de sofrimento passados, que ainda perduram até os dias atuais, pelos meus irmãos ao serem inseridos no meio escolar, afetando diretamente seus convívios dentro da sociedade. Eles não aprenderam ler nem escrever, apenas copiar algo que já está escrito.

Meu irmão é muito inteligente, tudo que você pensar em consertos de eletrodomésticos ele faz, mesmo sem ter adquirido nada com seus anos de estudo na inclusão escolar. Ele aprendeu e aprende tudo com a visão, tudo que seja interessante aos olhos é absorvido pela mente e aproveitado como aprendizado para a prática de conhecimento. Parou de estudar no primeiro ano do Ensino Médio, ao ver que não estava sendo valorizado de forma alguma, nem na relação com o aprendizado nem com interação social e com isso consequentemente não conseguiria desenvolvimento cognitivo para entrar em uma faculdade ou até mesmo no mercado de trabalho em um cargo de nível mais elevado.

Minha irmã, fez chorar durante todo seu percurso percorrido no ambiente escolar. Desde muito nova ela sempre foi interessada em aprender, as vezes até incomodava com tantas perguntas, o que com o tempo fomos aprimorando em família para preencher as lacunas que a vida pôs em seu caminho. Nunca estudamos juntas por ela ser mais velha que eu, mas isso não me impedia de buscar aprender mais para poder ajudá-la, sempre moramos em povoado pequeno no interior, não possuíamos conhecimentos em LIBRAS, os sinais sempre foram mímicas.

Na escola ela nunca teve o acompanhamento de um intérprete de LIBRAS nem mesmo a professora regente possuía qualquer conhecimento para ensinar-lhe o básico do aprendizado.

Nuca teve um auxiliar intérprete de LIBRAS, era excluída pela professora e pelos colegas, tanto em sala quanto na hora do intervalo (momento de descontração para interação de todos). Suas atividades eram iguais a de todos os demais alunos ouvintes. Mesmo com tudo isso ela não desistiu, concluiu o Ensino Médio e ainda queria tentar uma faculdade, mas na época não tínhamos como ajudá-la com essa questão, nossos pais não tinham condição para morarmos na cidade de aluguel. Por isso busco sempre estar presente em sua vida e em suas conquistas.

Sabe a sensação de impotência, pois é, foi isso que senti a maior parte da minha vida, não conseguir ajudar as pessoas que eu mais amo, vendo elas sofrerem por desprezo de uma sociedade preconceituosa que se escondem por trás de Leis de inclusão (excludentes), e a única coisa que eu poderia fazer era amenizar seu sofrimento com amor e lágrimas junto com eles. Sempre tentei me colocar no lugar deles quando o estresse batia e eu sentia que tinha os magoado com minha atitude egoísta, cheguei a assistir filme sem áudio junto com minha irmã varias vezes, para sentir como é essa relação de não ouvir mais poder entender através dos olhos tudo que se passa. Não vou mentir, não é fácil e ainda dificultamos cada vez mais isso para eles ao deixarmos de aceitar a cultura surda e apoiar o desenvolvimento deles com a mesma.

E não foram só eles que passaram por isso, muitos passaram e ainda passam, na busca diária de inclusão igualitária para todos, mas assim como diz Felipe, será preciso a modificação da metodologia para que sejam adotados métodos que contemplem a experiência visual e a cultura surda, a fim de elaborar um estudo curricular quanto á aprendizagem de duas línguas: LIBRAS e a língua portuguesa como modalidade escrita.

“O discurso atual é o de Inclusão: “Escolas especiais são segregadoras, excludentes!” Mas de que adianta colocar uma criança surda em uma sala de ouvintes se ela não conseguirá aprender e apreender tudo que está sendo ensinado em português? Por que não ensiná-la em LIBRAS, quando já se sabe que ela iria se desenvolver muito mais rapidamente e realmente iria compreender tudo que fosse ensinado. Por que não utilizar uma metodologia apropriada para ensino de português para surdos se até para estrangeiros já existem metodologias específicas?” (FELIPE, 1997, p. 05)

Tendo profissionais surdos e ouvintes fluentes nas duas línguas poderia amenizar esse sentimento de desprezo sentido pelos surdos no ambiente escolar, dando a oportunidade de aprendizagem e desenvolvimentos cognitivos igualitários.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica que possibilitou uma reflexão acerca da história dos surdos e a necessidade da LIBRAS nas escolas públicas para a formação, aprendizado e desenvolvimento dos alunos surdos.

E assim como vimos no decorrer deste trabalho, as leis e Decretos regulamentados durante os anos, sem dúvida alguma, estabeleceu oportunidades de inclusão com maior eficácia para o aprendizado dos surdos, porém, depois de tantos anos de suas implementações a nossa sociedade ainda não dá a devida importância ao cumprimento dessas leis, são muitas as unidades de ensino que ainda não tem o devido acompanhamento de intérpretes nem de professores com qualquer formação em LIBRAS para o desenvolvimento conciso de todos os alunos no âmbito escolar.

Além disso, cabe ressaltar a dificuldade que os surdos de cidades pequenos (interior) têm, com o desenvolvimento do aprendizado e comunicação, pois além de estarem desassistidos no ensino e no ambiente familiar eles não tem o devido contato com a comunidade surda, assim como ocorreu com os meus irmãos. Acredito que poderiam ser feitas maiores intervenções, indo mais longe ainda, criando escolas na qual os surdos aprenderiam tudo, mas principalmente com a valorização da LIBRAS como sua primeira língua.

Essa minha experiência de convívio com surdos, não só me abriu os olhos para as deficiências do ensino e acolhimento do surdo na escola inclusiva, mas me faz buscar maiores resoluções para a melhoria desta triste realidade inclusiva excludente.

## REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento da educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BRASIL. **Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005**.
- BRASIL, Relatório do Grupo de Trabalho do MEC-SECADI, 2014
- CARVALHO, Vanessa de Oliveira; NÓBREGA, Carolina Silva Resende. **A história de educação de surdos: o processo educacional inclusivo**. Disponível em: <[http://www.uern.br/controladepaginas/educacao-atual-/arquivos/36782\\_final\\_\\_a\\_hista%E2%80%99Cria\\_de\\_educacao%E2%80%A1%C6%92o\\_dos\\_surdos...vanessa\\_carvalho.pdf](http://www.uern.br/controladepaginas/educacao-atual-/arquivos/36782_final__a_hista%E2%80%99Cria_de_educacao%E2%80%A1%C6%92o_dos_surdos...vanessa_carvalho.pdf)> Acesso em 17 jul. 2018.
- CAMPELLO, A.R de S. Pedagogia Visual/Sinal na Educação dos Surdos. In: QUADROS, -- \_\_\_\_\_ R.M. PERLIN, G.(organizadoras). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Petrópolis: Arara Azul, 2007.
- EIJ. Diálogos sobre a Cultura Surda. Cultura surda. 2016. Disponível em: <<https://culturasurda.net/2016/09/11/dialogos-sobre-a-cultura-surda/>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- FELIPE. Tanya. Escola **Inclusiva e os direitos lingüísticos dos surdos**. Artigo publicado na Revista Espaço, Rio de Janeiro: INES, Vol. 7. 1997: 41-46.
- FELIPE, T. A. Escola Inclusiva e os direitos lingüísticos dos surdos, Revista Espaço. \_\_\_\_\_ Rio de Janeiro: INES, Vol. 7. 1997.
- GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais da realidade surda**. 1ª ed. São Paulo. Parábola Editorial. 2009. 87p.
- MCCLEARY, Leland. (2003). **Orgulho de ser surdo**. In: ENCONTRO PAULISTA ENTRE INTÉRPRETES E SURDOS, 1, (17 de maio) 2003, São Paulo: FENEIS- SP.
- MOREIRA; A. MORAIS; I. QUEEN, M. Por que falar sobre formação de surdos é falar de uma educação para todos. **Diversa**. 2017. Disponível em: <[diversa.org.br/artigos/por-que-falar-sobre-formacao-de-surdos-e-falar-de-educacao-para-todos/](http://diversa.org.br/artigos/por-que-falar-sobre-formacao-de-surdos-e-falar-de-educacao-para-todos/)>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos**. Brasília MEC ; SEESP, 2004
- SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva e. **Aspectos psicossociais da surdez: a representação social de mães ouvintes**. 2006. Tese (Doutorado em saúde da criança e do adolescente) – Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.